

REFLEXÕES SOBRE INFÂNCIA E GÊNERO A PARTIR DE PUBLICAÇÕES EM REVISTAS FEMINISTAS BRASILEIRAS

REFLECTIONS ABOUT CHILDHOOD AND GENDER FROM PUBLICATIONS IN BRAZILIAN FEMINIST PERIODICS

Resumo

Indagando a produção sobre as infâncias nos estudos de gênero, realizamos um levantamento de publicações sobre o tema na Revista de Estudos Feministas e nos Cadernos Pagu, nos últimos 20 anos. Identificamos 47 pesquisas que abordaram a infância sob diferentes temáticas, entre as quais se destacou a criança na escola. A maior parte dos estudos fundamentou-se em pesquisas bibliográfica e documental. Dos 14 trabalhos selecionados por contarem diretamente com crianças como sujeitos da investigação, a maioria realizou etnografia. Percebemos o caráter interdisciplinar que marca esses estudos, apesar de predominarem estudos do campo da educação. Considerando a infância um momento importante na constituição da história dos sujeitos, nos parece ser essa uma discussão indispensável para o feminismo.

Palavras- chave: Infância. Gênero. Publicações Feministas.

Abstract

Inquiring the production about childhood in gender studies, it was made a survey of publications about topic in the Revista de Estudos Feministas and Cadernos Pagu in the past 20 years. Were identified 47 studies that addressed childhood under different themes, among which stands out the child in school. Most of the studies were based on research literature and documents. Of the 14 works selected by relying directly with children as research subjects, the majority held ethnography. We realize the interdisciplinary character that marks these studies, despite a predominance of studies in the field of education. Considering the childhood an important moment in the history of the subject constitution in a discussion that seems to be indispensable for feminism.

Keywords: Childhood. Gender. Feminist Periodics.

Zuleica Pretto.

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC.

E-mail: zuleicapretto@yahoo.com.br

Mara C. de S. Lago.

Doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

E-mail: maralago7@gmail.com

Apesar de inúmeros trabalhos voltados à infância e da construção de políticas públicas para as crianças, em especial nas últimas duas décadas, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, há muito a avançar na direção de uma compreensão da infância como uma categoria social plural, do tipo geracional, que traz em seu bojo as características da sociedade global, complexa e contraditória, atravessada pelas diferenciações de classe, gênero, geração, raça, etnia, geografia.

Uma das críticas a determinadas teorias sobre a infância, ao próprio ECA e a algumas políticas públicas, provem do fato destas, muitas vezes, se ampararem na noção de criança universal. Postura esta geradora de tensão com relação às teorias que concebem que a infância e as crianças só existem no seio das diferenciações sociais, conforme Patrice Schuch (2009). As diferenciações sociais tem sido reprodutoras de desigualdades no Brasil, país que comporta importante diversidade social, o que tem justificado novos estudos interdisciplinares sobre as infâncias.

Nos estudos sobre as infâncias, nota-se o esforço interdisciplinar que recusa tomar a criança como objeto passivo de práticas sociais, culturais, educacionais, políticas. Diferente disso, considera-se as infâncias sob novos paradigmas que tomam as crianças como sujeitos de direitos e como atores sociais, agentes importantes na organização das sociedades. Destacamos produções teóricas oriundas da antropologia da criança, da história social, da sociologia da infância, da psicologia social e dos estudos críticos em educação.

As reflexões apresentadas nesse artigo, orientadas por um olhar interdisciplinar, pretendem contribuir para o debate a partir de um recorte analítico que privilegia as intersecções¹ gênero, geração, especificamente, gênero e infância. Julgamos que a infância é atravessada pelas questões de gênero e que estas são, igualmente, fundadas em determinadas

concepções e práticas presentes na vida das crianças.

Para tratar desse tema, torna-se imperativa a aproximação com a produção de conhecimento feminista, uma vez que o movimento feminista, historicamente e de modo interdisciplinar, tem dado visibilidade às “diferenças”, isto é, às experiências subjetivas/históricas particulares, que envolvem grupos sociais antes considerados minoritários e inferiorizados. Podemos citar as mulheres, foco inicial e central no movimento, as crianças, as masculinidades e as sexualidades não tradicionais/hegemônicas, articuladas a outras diferenças sociais que culturalmente não são expressas positivamente nos discursos e interesses dominantes.

Para Leena Alanen (2001) existem paralelos entre o desenvolvimento dos estudos feministas e os estudos da infância. As principais semelhanças, segundo a autora, dizem respeito ao fato de que, inicialmente, mulheres e crianças (e suas questões) estavam excluídas da produção de conhecimento, sendo que ambas eram concebidas mediante determinação biológica e não como construção social. Além disso, pontos de vistas de mulheres e de crianças, posicionados localmente, tornaram-se importantes não apenas como forma de compreender suas vidas, mas as relações sociais de domínio e de poder de uma sociedade, oportunizando outra forma de teorizar o social.

Segundo Rita Marchi (2011), trava-se um debate epistemológico sobre o estatuto da infância no campo do conhecimento e do próprio feminismo. A autora considera que a infância tem uma posição subalterna nos estudos, já que por muito tempo negou-se às crianças o direito de agentes nas investigações, mantendo-as como “objetos subsumidos” de análise, deduzidos das instituições escola e família. Ouvir as crianças, segundo ela, é dar à infância cidadania epistemológica que pode reverter a sua colonização epistêmica e social, retirando-a da posição periférica que vem assumindo, de incapacidade, assim como aconteceu com as mulheres e com os povos

¹ O conceito de intersecção é utilizado aqui conforme propõe Brah (2006).

colonizados. Marchi ressalta, ainda, que as crianças e mulheres foram historicamente ligadas entre si pela noção de natureza e do mundo doméstico e que tal associação dificultou às mulheres o direito à cidadania, impedido ainda hoje para as crianças.

Estudos feministas contemporâneos, definidos como críticos, pós-estruturalistas e pós-coloniais, vêm lutando contra a ideia de uma ciência neutra, androcêntrica, masculina, branca, classista, urbana, pleiteando novos espaços e formas de produção de conhecimento, preocupados com a diversidade, o local, o parcial, as fronteiras². Ao mesmo tempo, estudos feministas criticam a lógica binária e heterossexual, pautada no sistema patriarcal, para dar lugar à discussão sobre as diferenças, o que permite a expressão de outras experiências nesse campo.

Para Sônia Maluf (2006) há uma heterogeneidade dos sujeitos políticos do feminismo contemporâneo que abarca discursos identitários da juventude, das lésbicas, das negras, das mulheres indígenas, das mulheres pobres, das sexualidades. Essa diversidade leva ao questionamento sobre quem são os “sujeitos legítimos do feminismo”, sobre as diferenças de gênero, de sujeitos e de subjetividades. Assim, as interseções gênero, classe (primeiras a serem debatidas na história do movimento), raça, etnia, geração e território, transformaram e transformam o movimento.

Conforme autoras como Eliane Gonçalves e Joana Pinto (2011) e Julia Zanetti (2011), o debate sobre a interseção gênero e geração é considerado recente nos movimentos e tem sido visibilizado pelas jovens feministas. Estas acreditam que a juventude ficou excluída das pautas do movimento por muito tempo, entendida, juntamente com a infância, como categoria “sem sexo e gênero”, o que também foi analisado por Wivian Weller (2005). Essa consideração estaria demonstrando a dominância das mulheres adultas, ou seja, uma postura adultocêntrica no feminismo. A

vertente jovem reivindica espaços próprios e novas pautas, que considerem as variadas experiências geracionais e a marcação das identidades políticas ligadas às diferenças.

Como resultados desse debate, Zanetti (2011) aponta algumas mudanças nos movimentos feministas evidenciadas no número de referências às desigualdades que atingem as gerações jovens e também as idosas entre o I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e entre a I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004, 2008). Buscando um caminho de unificação e não de oposições entre gerações nos movimentos, Gonçalves e Pinto (2011), propõe pensar geração sem reduzi-la a idade biológica, considerando uma atualidade de questões e amplitude de análise que contemplem leituras diversas, não adultocentradas.

Maluf (2006), ao fazer uma contextualização do feminismo brasileiro, assinala que este pode ser pensado em diferentes esferas: do movimento propriamente dito, associado a variados grupos sociais e instituições; da esfera governamental; e da esfera acadêmica, mediante pesquisas financiadas. A autora assinala que os financiamentos migraram da “questão mais abrangente sobre a mulher, inicialmente, e estudos de gênero num segundo momento, para temáticas mais especializadas, como masculinidades, direitos reprodutivos e, mais recentemente, juventude” (2006, p.8), estando concentradas em áreas como saúde, violência, direitos humanos. Ou seja, haveria uma lacuna relativa aos estudos sobre a infância?

Na esteira dessa discussão geracional nos perguntamos pela infância. As crianças estão presentes nos debates feministas, especificamente, como um grupo beneficiado pelas conquistas dos movimentos feministas? Seria isso suficiente para pensar as transformações sociais desejadas pelos movimentos em relação às questões de gênero e às diferenças? Seriam as crianças perspectivadas como participantes reprodutoras, produtoras, ou ambas, do contexto em que vivem?

² Butler, (2003); Wittig (2006); Anzaldúa, (2005), Femenias (2007), entre outras.

Analisando as pesquisas feministas, Ana Lúcia Faria (2006) entende que estas, a partir de 1970, contribuíram para dar destaque à infância (em especial à primeira infância) como constituidora da realidade social, ressaltando a necessidade de sua compreensão na esfera pública. Cita a criação das creches como uma conquista do movimento de mulheres, o que oportunizou outros olhares e outras ações dirigidas às crianças pequenas, inserindo-as nas discussões sobre pedagogia e educação, por exemplo, e modificando os “lugares” ocupados por elas na sociedade. Porém, considera inegável a pouca dedicação do campo à temática da infância.

Luzinete Minella (2006), analisando a produção feminista sobre as crianças, argumenta que os estudos feministas, nos anos 90, tiveram como notável preocupação as polarizações, desigualdades e hierarquias de gênero que opunha meninos à meninas, produzia a invisibilidade das meninas e não articulava essa desigualdade de papéis a outros tipos de desigualdades sociais, como classe e raça. Entretanto, muitos desses estudos, lamenta a autora, pouco avançaram teoricamente e não adotaram uma postura crítica, reiterando os sectarismos.

Assim, neste artigo nos perguntamos acerca da expressividade dos trabalhos sobre a infância nos estudos feministas nas últimas duas décadas. Existem temáticas de maior destaque? Como tais temáticas tem sido abordadas e que debate elas proporcionam? Uma maneira de nos aproximarmos de respostas para essas questões foi o de realizar, através de uma pesquisa documental, um levantamento de publicações que articulem gênero e infância em revistas feministas brasileiras.

Itinerário metodológico

Foram eleitos dois periódicos interdisciplinares, a Revista de Estudos Feministas (REF), atualmente na Universidade Federal de Santa Catarina e os Cadernos Pagu (Pagu), publicação do Núcleo de Estudos de

Gênero da Universidade Estadual de Campinas, S.P. Estes periódicos se caracterizam como uma importante expressão dos estudos voltados à área de gênero na contemporaneidade, sendo considerados como referência no Brasil e fora dele.

Segundo o seu site, a REF tem como missão

...publicar artigos, ensaios e resenhas que apresentem reflexões teóricas consistentes e inovadoras, com bibliografia atualizada, ampliando as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres [...] a REF tornou-se uma referência obrigatória para todas (os) que trabalham no campo dos estudos de gênero e no feminismo.

Em 20 anos de publicação da REF, entre 1992 e 2012, foram 20 volumes e 50 números publicados, num total de mais de 700 artigos distribuídos em diferentes seções de artigos, dossiês, entrevistas e seções temáticas.

Pagu é apresentada em seu site da seguinte maneira:

... a criação dos Cadernos Pagu foi resultado de mais de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses [...] tem como objetivo contribuir para a ampliação e consolidação do campo de estudos de gênero no Brasil.

Desde 1993, ano do primeiro número da revista, até o último número da revista, em 2012, entre 35 volumes, encontramos quase 500 artigos distribuídos entre sessões de artigos, dossiês e entrevistas.

Com a finalidade de identificar artigos que discorriam sobre o tema de interesse, a relação

gênero e infância, e contando com o fato de que todos os números dos dois periódicos estavam disponíveis em página on-line, realizamos o seguinte itinerário: numa ordem cronológica de publicações, do volume mais antigo ao mais recente, partimos da leitura dos sumários, dos títulos, resumos e palavras-chave. Todas as publicações que indicavam alguma referência à infância e à criança foram lidos na íntegra e deles extraído, em forma de resumo, o foco central da discussão, os procedimentos metodológicos utilizados, área de conhecimento de autoras/es e ano de publicação. Artigos que se referiam a temas como adoção, contracepção, maternidade, família, violência, família e escola, igualmente foram lidos na íntegra com o intuito de neles encontrar referências a essas relações.

Selecionamos 47 artigos em que entendemos que as infâncias foram diretamente debatidas. Por foco de discussão, agrupamos temas e subtemas, conforme a frequência em que apareceram, o que configurou uma análise de cunho quantitativo e temático.

Caracterizando as publicações sobre infância e gênero

Os resultados encontrados permitem inferir que existem artigos em que a infância aparece referida indiretamente em mais de um momento, não sendo foco do debate, e artigos que retratam a infância propriamente dita, diretamente abordada como o núcleo de discussão. No primeiro caso, as crianças são citadas em temáticas tais como: violência familiar, aborto/direitos reprodutivos, maternidade, paternidades, família, ruralidade, formação docente e sistema escolar.

Os artigos que tratam diretamente sobre a infância na REF, num total de 24, encontram-se articulados com temas como história social da infância/estudos de gênero (1), mídia (1), família e parentesco (2), trabalho (2), contextos artísticos e lúdicos (5), escola (13). Importante destacar que muitos desses textos,

num total de 12, foram publicados em dossiês sobre educação. O primeiro, em 2001, intitulado Gênero e Educação reuniu cinco artigos; o segundo, em 2011, chamado Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar abarcou sete artigos.

Já na Pagu foram identificadas 23 publicações diretas sobre a infância, com debates que relacionam a infância a temas como: trabalho (01), intersexualidade (01), rua (01), violência sexual (02), estudos de gênero (03), família e parentesco (07), escola (08). Ressaltamos que 12 destes textos compõe o dossiê intitulado Repensando a infância, apresentado pelo próprio comitê editorial da revista em 2006. Já no dossiê A Educação das Masculinidades (2010) encontramos dois artigos. No dossiê Família em Movimento foram quatro artigos (2007). Os dossiês da Pagu reuniram, assim, 14 entre os 24 artigos que selecionamos para o estudo.

Destacamos que, diante da totalidade de trabalhos publicados nos periódicos em questão, há um reduzido número de artigos relativos à infância, sendo os dossiês os maiores responsáveis pelos textos que se referem às crianças. Acompanhando os dossiês, há uma concentração de artigo na Pagu em 2006, e na REF em 2001 e 2011. Percebemos que, ao contrário de um aumento no número de trabalhos ao longo dos anos, nas duas revistas, houve uma diminuição, até 2011, quando da publicação do dossiê da REF sobre educação. Além disso, evidencia-se a predominância de artigos que articulam a infância e gênero ao contexto escolar, produzidos principalmente por profissionais da educação. Seguimos, então, com a apresentação dos debates propostos pelos artigos publicados nas revistas estudadas, acompanhados por algumas reflexões que julgamos relevantes desenvolver.

Gênero no contexto escolar

O número expressivo de trabalhos sobre escola indica que discussões relacionadas a gênero e infância,

alavancadas pelos movimentos feministas e sociais, vem se consolidando como inevitáveis no sistema educacional. Isso fica evidente pela diversidade de aspectos da vida infantil pesquisados nos artigos selecionados em nosso estudo.

Destacamos a predominância de três focos de estudos nessas publicações. O primeiro deles referente ao desempenho escolar e ao preparo (ou despreparo) do sistema escolar e de grande parte dos professores para lidar com questões de gênero e com as diferenças. Essas discussões incluem a escolha e utilização de materiais na escola, o tratamento diferenciado e estereotipado a meninos e meninas e diferenças no processo de avaliação das crianças, de acordo com o sexo. O segundo foco diz respeito à sexualidade, desde o tratamento dado pelas políticas educacionais, até o modo como as crianças compreendem aspectos de suas sexualidades. O terceiro é relativo à sociabilidade de meninos e meninas, em especial quanto à vivência das brincadeiras e como o gênero nelas se interpõe.

Sobre o desempenho escolar e as relações na escola

Reflexões sobre o desempenho e fracasso escolar das crianças na escola são notadas em artigos desde 1994 até 2011. O artigo de Claude Zaidman, em 1994, já avaliava que, na França, as meninas tinham um melhor desempenho que meninos nas séries iniciais e em certos cursos de formação. Porém, problematizava este desempenho feminino, avaliando que as trajetórias das meninas demonstravam que as escolhas posteriores em suas vidas obedeciam, à revelia do sucesso escolar, a preferência pelo âmbito doméstico e a divisão social de trabalho (a área do cuidado, médico-social e setor terciário). Ou seja, ao fim das contas, havia um “falso-êxito” escolar.

Carvalho, em 2004, a partir de entrevistas e questionários, propôs-se a pesquisar como se produz, no ensino fundamental, o fracasso escolar mais

acentuado entre crianças negras do sexo masculino, conforme revelação das estatísticas brasileiras. Apontou a existência de superposições na construção escolar da identidade racial de meninos e meninas entre os significados de masculinidade, pertencimento à raça negra, status sócio-econômico e problemas escolares de disciplina e de desempenho.

Juntamente com Amélia Artes, seis anos depois, em 2010, Carvalho explora os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2006, que toma como indicador o rendimento. Ambas as autoras concluem que meninos entre 10 a 14 anos, classe popular e negros, têm maiores dificuldades de obter êxito escolar, não apenas por conta do trabalho, mas também devido a atitudes discriminatórias na escola.

Danielle Valverde e Lauro Stocco (2009), como principais achados destacaram a cristalização da diferença de escolaridade entre crianças brancas e negras de 7 a 14 anos; a menor taxa de crescimento do acesso ao ensino superior das mulheres negras em comparação aos homens negros; a invisibilidade da população negra nos livros didáticos ou a sua presença desumanizada e exotizada; a negação do racismo no Brasil; e, por fim, corroborando com os estudos citados acima, a ocorrência de discriminação e preconceito racial nas relações intracomunidade escolar, tanto entre alunas/os quanto na relação hierárquica entre professoras/es e alunas/os.

Helena Altmann, Eliana Youb e Silvia Amaral (2011) debatem o olhar do professor sobre meninos e meninas na educação física, numa escola de ensino fundamental paulista. A partir de entrevistas, identificaram uma polissemia de olhares sobre as questões de gênero e das diferenças. Por um lado, muitos educadores citaram que, na programação das aulas, tomavam como base os Parâmetros Curriculares e tinham uma preocupação na coeducação e em empoderar as meninas para que se sentissem mais habilidosas. Por outro lado, ainda mantinham presente a ideia de que “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos para jogar” (p.491), o que, segundo

eles, é reforçado pelas práticas diferenciadas que as crianças já vivenciam fora da escola e que se refletem nas aulas. A educação física como um espaço potente de transformação nas relações de gênero e supressão da discriminação das diferenças havia sido apontado, também, por Altmann (2001).

O paradigma de divisão de gênero tradicional foi igualmente identificado em estudo sobre a avaliação de crianças a serem indicadas para o Programa de Atendimento ao Aluno com Altas Habilidades/ Superdotação de Ana Paula Reis e Alberto Gomes (2011), onde se expressou uma subestimativa dos talentos femininos, isto é, as meninas vistas através do estereótipo de inferioridade.

A partir do debate que os textos propiciaram, fica evidente, por um lado, a aproximação dos estudos com a realidade cotidiana das crianças na escola, denunciando as contradições e, também, as desigualdades de gênero, classe e raça, muitas vezes escamoteadas pelas estatísticas; e, por outro lado, a associação entre desempenho escolar, sucesso ou fracasso, com as condições de sociabilidade das crianças, fortemente marcadas por segregações de gênero, raça e classe. As experiências vividas pelas crianças na escola não parecem diferenciar-se, muitas vezes, das experimentadas no contexto social mais amplo, marcadamente desigual em termos afetivos, materiais e culturais.

Corpo e sexualidade nos contextos escolares

Altmann assinala o caráter disciplinador e controlador da sexualidade tanto em documentos, como os parâmetros curriculares nacionais (2001), como nas práticas escolares (2003, 2007). Identifica mediante pesquisas etnográficas com meninos e meninas que as aulas sobre sexualidade priorizam a prática do autocuidado e uma mentalidade preventiva, revelando uma visão medicamentosa do corpo feminino e obedecendo a uma lógica heterossexual. No plano das intenções expressas, observou que as

crianças reproduzem tais ensinamentos escolares, acrescidos de prescrições sobre um certo tipo ideal de relação entre garotos e garotas e de “tipos” de mulher (que devem aguardar) e de meninos (que devem se apressar).

Possibilitando retomar a reflexão sobre o preparo da/os professora/es na escola, discutido acima, o texto de Paula Ribeiro, Nádia de Souza e Diogo Souza (2004), abordou as experiências narradas por professoras em relação à sexualidade em sala de aula. Ganhou destaque a influência tanto de discursos da biologia, das identidades de gênero e sexuais, da criança inocente e assexuada, da família, da proteção, quanto de interdições, percebidas nas explicações do campo biológico, nas transferências de alunos, nas nomeações pejorativas, nas repreensões, nas micropenalidades.

Louro (2001) considera que a pedagogia e um currículo queer seriam uma contraposição radical a essa forma tradicional de funcionamento do sistema escolar, uma vez que reconheceria o processo de produção das diferenças e trabalharia, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades, marcando uma clara ruptura com os rígidos padrões escolares tradicionais. A autora demarca no texto, que a vocação normalizadora da educação, voltada ao binarismo e à divisão sexual, vê-se ameaçada diante das ‘novas’ práticas, de ‘novos’ sujeitos e suas contestações ao estabelecido.

Na mesma linha, Berenice Bento, no mesmo dossiê, analisou o que chamou de “heteroterrorismo”, ou seja, o discurso heterossexual na cultura familiar e na escola, pautado no império biológico e em concepções hegemônicas que promovem, diante das diferenças, a patologização das identidades.

Fernando Seffner (2011) chama a atenção, a partir de uma etnografia na escola, para os dilemas que os professores vivenciam frente às exigências das famílias defensoras de moral e religiões particulares. Assinala a importância dos professores terem preparação para lidar com gênero e sexualidade na

escola, o que pode contribuir para a superação dos discursos morais.

Esses achados assinalam que as considerações sobre gênero e sexualidade constituem desafios para a escola que, sem debate e preparo suficiente, se desdobra em estratégias dirigidas a como tratar/controlar a sexualidade infantil, conforme padrões binários de gênero.

Socialização nos contextos escolares

Atentando para as situações de sociabilidade, compartilhadas pelas crianças fora da sala de aula, em momentos de brincadeiras, citamos três artigos que apontam a reprodução de modelos tradicionais de gênero também nesse contexto.

Carvalho e Tânia Mara Cruz (2006), com base em pesquisa etnográfica numa escola pública de São Paulo, com crianças de 7 a 10 anos, evidenciam que os jogos de poder, especialmente nos recreios, se escondiam no que chamaram de “jogos de gênero”, um dos modos possíveis de sociabilidade nas relações entre as crianças.

Claudia Vianna e Daniela Finco (2009) apontam que, no campo da educação infantil, consolidado como um espaço de socialização entre as crianças, são mantidas as sanções hierárquicas e as dicotomias de gênero, onde as transgressões das fronteiras de gênero pelas crianças são percebidas com estranhamento pelas professoras.

A mesma constatação foi declarada por Isabel Silva e Iza da Luz (2010) em pesquisa sobre concepção de gênero na educação infantil. Preocupado com a masculinidade, o estudo identificou que o olhar das educadoras orientou-se por uma imagem de masculinidade que priva os meninos de maior contato corporal e afetivo entre si e de experiências significativas de convivência e brincadeiras tidas como adequadas somente para as meninas.

As publicações voltadas ao contexto escolar deixam claro que, entre as situações socialmente

construídas nesse espaço, evidencia-se a relação entre as crianças, e entre professora/es e crianças e funcionárias/os, bem como nos encaminhamentos e propostas de trabalho. Relações estas que revelam concepções de gênero, de infância, de raça, de classe, etnia, etc., que atravessam as possibilidades de aprendizagem, de desempenho, de experiências de inclusão ou exclusão vivenciadas pelas crianças, ou seja, que constituem singularidades e possibilidades concretas de vida.

No início da década, em 2001, Fúlvia Rosemberg lembra que as reformas educacionais implantadas desde a década de 90 na América Latina e no mundo, revelam preocupações com as questões de gênero, tais como acesso de meninas e mulheres a todos os níveis de educação e eliminação de todos os estereótipos de gênero das práticas, matérias, materiais, currículos e instalações educacionais. A partir dessas preocupações, vem sendo traçadas ações e objetivos³ no sistema educacional brasileiro, rumo à superação de desigualdades de gênero, bem como de outros marcadores sociais. Porém, percebemos que as pesquisas publicadas na REF e na Pagu, no decorrer dessa década, não estão próximas dessa igualdade, mas denunciam que a escola tem um papel central, ainda, como reprodutora de padrões hegemônicos de comportamentos e valores⁴.

As crianças e a violência sexual

Dois artigos publicados em 2006, ambos documentais, focam o tema da erotização dos corpos infantis, a pedofilia, a violência sexual e a função da mídia e da internet neste processo. Tatiana Landini realiza um resgate do que, e como, foi publicado sobre violência sexual contra crianças e adolescentes pelo

3 Por exemplo, a criação de Documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, de Orientação Sexual e Pluralidade Cultural (1997).

4 Com exceção da inclusão de adolescentes grávidas e mães jovens, o Brasil entendia, no final da década de 90, que havia atingido os objetivos propostos pelas reformas e que no sistema educacional do país não havia disparidade entre os sexos, assinala Rosemberg (2001), questionando a fragilidade das estatísticas.

jornal O Estado de S.Paulo no século XX. Percebe um aumento de visibilidade da violência sexual, e não um crescimento efetivo no número de casos.

Na mesma esteira, Jane Felipe analisa a relação de paridade existente entre as campanhas de proteção à infância e combate à violência e pornografia infantil e as imagens erotizadas das crianças na mídia, especialmente das meninas. Para ela, a criança é colocada, mediante novas tecnologias e comunicações, como possibilidade de experimentação do desejo sexual adulto, havendo um apagamento de fronteiras entre idade adulta, juventude e infância.

No Brasil, desde a década de 90, a violência sexual infantil tem sido um dos temas abordados pelas políticas públicas (Constituição Federal Brasileira, 1998, ECA, 1990), porém, ainda é alarmante o número de casos registrados no país. Entende-se que o movimento feminista tem uma importância considerável nessa área, a partir das discussões que provocou/a sobre violência doméstica contra a mulher, avigoradas recentemente, especialmente em relação à lei Maria da Penha (11.340/2006).

As crianças e a família

Selecionamos três artigos voltados à relação criança e família que abordaram o tema da adoção. Fernando Teixeira Filho (2010) demonstrou a predominância da matriz bioparental e dos laços consanguíneos na constituição das famílias, o que fica claro tanto nos processos de adoção, como em processos de identificação de crianças em contextos específicos⁵. Ao discutir os segredos, o sofrimento e o estigma envolvidos na adoção de crianças, o autor observa a preocupação com um modelo idealizado de família em detrimento da preocupação, a rigor, com as necessidades das crianças.

A família aparece também como idealizada no artigo em que Joice Vieira (2006), discute o retrato

⁵ Como demonstraram os artigos de Jelin (2007) e Regueiro (2010) ao versarem sobre a identificação de crianças no contexto pós-ditadura na Argentina.

da adoção nos livros infantis. Numa atmosfera de afetividade, aceitação, ausência de conflitos, a criança é descrita como perfeita; há evidente identificação com a família nuclear e com a classe média; o uso da palavra adoção é evitado e há a ideia de que a filiação é complementar à relação conjugal, o que gera, também, uma ausência de enfrentamento da complexidade dessas questões para as crianças e os envolvidos.

Trazendo uma outra perspectiva, Bárbara Yngvesson (2007) analisa que, no contexto da adoção transnacional, particularmente nas relações pais-filhos, as diferenças de raça e etnia tendem a ser frequentes. Isso faz com que o relacionamento entendido como fundamentado no “sangue” possa ser concebido de outra maneira, oportunizando à criança o direito de ser diferente, para além de ser vista como diferente.

Numa outra perspectiva nos estudos sobre família Jurema Brites (2007), discorre sobre a função ambígua da empregada doméstica na vida da família e da criança, desde a produção de afetos ao aprendizado geral da vida cotidiana. Por meio de entrevistas com as famílias, nas quais inclui as crianças, ressalta que o modo hierarquizado em que se institui a relação entre a criança e a empregada doméstica gera o que chama de aprendizado precoce das diferenças sociais, na direção de um distanciamento natural entre as classes. Mariza Corrêa (2006) reflete, teoricamente, sobre a função das babás na vida da família e da criança e assinala sua função no contato da criança com a intersecção classe, raça e etnias, bem como questiona como as crianças lidam com a dualidade mãe-babá, a partir de uma perspectiva psicanalítica.

Considerando a importância da família que, junto com a escola, forma um dos principais espaços de circulação de crianças, entendemos que há um número reduzido de estudos sobre o tema nas revistas. Estão ausentes os embates familiares cotidianos, os modos como crianças percebem a vida familiar e o espaço da casa, as relações entre crianças e adultos e

entre irmãs/os, as regras, transgressões, prescrições. Assuntos, certamente, atravessadas pelas questões de gênero.

Infância e Trabalho Infantil (TI)

Elisiane Sartori (2006) discute a erradicação do trabalho infantil na agenda nacional e internacional, demonstrando a gravidade da problemática, os movimentos sociais atuantes e os recursos utilizados para a sua superação. Realiza um estudo de caso de famílias e percebe que as representações do TI para adultos, crianças e adolescentes está atravessada pela dicotomia de gênero e que, para os pais, o trabalho significa aprendizado e uma forma de evitar más escolhas dos filhos.

Esse caráter socializador do trabalho na vida das crianças também foi identificado nos artigos de Else Albuquerque & Marilda Menezes (2007) e de Iraídes Torres (2007). O primeiro, de cunho documental, versou sobre a renda renascença no interior da Paraíba. O segundo, centrado nas mulheres ticunas da Amazônia, entrevistou um adulto e fez observações na família. Estes artigos destacam que não há diferenciações no exercício do ofício entre meninas e meninos quando pequenos, mas estas passam a se fazer presentes conforme o avanço da idade dos jovens.

Esses textos oferecem elementos que contribuem para o complexo debate que envolve o TI no Brasil. À revelia das políticas públicas, o TI reflete a realidade a que muitas crianças ainda estão submetidas no Brasil, sendo sua proteção uma demanda urgente. Ao mesmo tempo, os artigos apresentam experiências familiares, localmente situadas, em que a aprendizagem de um ofício tem função organizativa e positiva para o grupo social ao qual a criança pertence.

Outro ponto passível de debate a partir desses trabalhos é a análise do território como uma categoria importante para compreender as experiências compartilhadas pelas famílias. Conforme Maluf

(2006), Rosemberg (2001) e Femenias (2007), devemos reconhecer a necessidade de produções geograficamente localizadas, por exemplo, regionais, brasileiras e latino-americanas, que tem realidades particulares, num esforço em fugir de concepções hegemônicas.

Nessa esteira, também chama a atenção a comum vinculação entre crianças e trabalho, nos estudos sobre infâncias no meio rural. Pensamos que essa característica pode reduzir a visão sobre o rural e sobre as infâncias, gerando conhecimentos parciais e repetitivos sobre as possibilidades de vida no campo.

Música, teatro, literatura, oficinas lúdicas: possibilidades de rupturas?

Pontuando a função da música, o artigo de Bettina Fritzsche (2004), reflete a influência dos grupos musicais sobre as crianças, mostrando as contradições, que tanto podem servir à repetição quanto à transformação. Seu estudo sobre os fenômenos do ‘feminismo pop’ como as Spice Girls, por exemplo, mediante entrevistas com meninas, avalia que esses grupos podem ser considerados uma fonte de empoderamento para meninas e jovens.

Outro exemplo de influências transformadoras, promotora de rupturas, pode ser o teatro infantil. Jorge Knijnik (2011) realiza uma análise crítica de peças teatrais infantis ressaltando que estas possibilitam desmontar e questionar os estereótipos que dicotomizam a vida de meninos e meninas.

Já nas produções literárias das próprias crianças, Sylvia Salinas e Monica Pavelic (2011), bem como Constantina Xavier Filha (2011), encontram reproduções do discurso hegemônico patriarcal, na fixação de papéis tradicionais de gênero. As primeiras analisaram textos submetidos ao primeiro concurso infantil com enfoque de gênero, no Chile, em 2008, e as segundas analisaram como as crianças constroem representações de gênero a partir da descrição física e comportamental de princesas e príncipes dos contos

de fadas clássicos. Algumas resistências foram identificadas nos textos dos meninos. As meninas mostraram-se mais conformadas com os ditames identitários de gênero a elas destinadas.

As autoras acima reforçam a importância de criar espaços de problematização, debates e diálogos junto às crianças, com o intuito de relativizar ‘verdades’. Claudia Ribeiro (2011) dá um exemplo nessa direção, relatando atividades provenientes de um projeto de extensão que priorizou a inclusão das crianças em espaços em que os temas como sexualidade e gênero não foram escamoteados, mas debatidos em formas de oficinas com atividades lúdicas e uso de recurso fílmico.

Percebemos que nesses trabalhos, publicados em 2011, acompanhando o debate sobre pesquisa com crianças, as mesmas se fizeram mais presentes, uma vez que foram priorizadas como fonte de informações. Fazendo-se agentes no espaço em que vivem, transcendem o lugar de filhas e de alunas e emergem como escritoras, pensadoras e debatedoras, expectadoras. A importância do lúdico e/ou da utilização de outras linguagens no trabalho com crianças tem sido apontada como central para a aproximação com o que pensam as crianças e com as culturas infantis.

Como expõe Manuel Sarmiento (2005), as culturas infantis são marcadas pela interação, reiteração, ludicidade e fantasia, por outra ordem do tempo, pelas brincadeiras e pelo imaginário. Instrumentos metodológicos que apelam à imaginação, à criatividade e foram desenvolvidos com a participação das crianças, permitem um passo importante na direção da ruptura de posturas adultocêntricas e etnocêntricas.

Em relação às metodologias

Cabe ressaltar que entre os 47 estudos selecionados, quatorze incluíram os depoimentos das crianças, ou partiram de produções infantis como base para sua

elaboração: 11 derivaram de pesquisas apenas com as crianças e três associaram as vozes de adultos às vozes das crianças - pais, médicos ou professores. Sobressaíram os estudos teóricos, baseados em análises bibliográficas ou documentais, com 23 pesquisas. O restante, dez artigos, resultaram de pesquisas que entrevistaram os adultos responsáveis pelas crianças, professoras na escola ou familiares.

As pesquisas que tomaram as crianças como fontes de informações, o fazem por meio de diferentes maneiras: depoimentos, imagens, entrevistas, observações, sendo que sete delas utilizaram como método a etnografia (especialmente nas escolas). Este método vem sendo considerado por várias/os autoras/es⁶ como ideal nas pesquisas sobre infâncias, já que permitem reconhecer as crianças como capazes de descrever experiências válidas, considerando-as fontes legítimas de investigação. Os mesmos autores concordam que é preciso, no trabalho com crianças, a construção de outros modos de fazer pesquisa que desafiem “o adulto em seu próprio adultocentrismo”, como afirma Manuela Ferreira (2004, p.21).

Marchi (2011, p.396) chama a atenção para o fato de que, embora tenha havido avanços nas pesquisas com crianças, nas quais cada vez mais elas têm sido consideradas informantes, a metodologia com crianças ainda é “assunto de intenso debate na área” Isso se deve à complexidade da temática e à dificuldade de se modificarem atitudes históricas em relação à infância.

Entre as pesquisas que associaram depoimentos de crianças e de adultos, o texto de Torres (2007), que se propôs a observar as relações entre família e trabalho, sugere que houve uma interação com as crianças maior do que a apresentada na publicação, onde as falas dos adultos são amplamente exploradas.

A predominância de metodologias bibliográficas e documentais nos periódicos analisados, que agrupamos como teóricos, pode estar ancorada em

⁶ Cohn (2005); Ferreira (2004); Qvortrup (2010); Sarmiento (2005); entre outras/os.

diferentes aspectos: preferência dos pesquisadores; adequação aos objetivos da pesquisa; dificuldades com a autorização junto aos responsáveis pelas crianças; perspectiva adultocêntrica; características da própria temática, como é o caso da violência sexual, por exemplo, que não parece ser um tema simples de ser abordado com as crianças vítimas dessa situação; temáticas recentes em termos de discussão acadêmica, como é o caso da erotização dos corpos infantis pela mídia e a função da internet, nos casos de pedofilia.

É importante salientar que as discussões sobre a importância das pesquisas de campo com crianças, não invalida a importância das pesquisas bibliográficas e documentais. Não se trata de uma atitude de desqualificação, mas de problematização sobre a predominância de pesquisas com esses atributos nos estudos sobre a infância na área de gênero. Por exemplo, artigos que trazem o debate sobre adoção, violência sexual e pedofilia não utilizam as crianças como informantes, contudo, abordam questões centrais que as colocam em situações de risco: abandono, desamparo, exploração e violência. Outras publicações que analisam documentos relativos ao sistema educacional e a própria história da infância, são fundamentais no debate e tem, igualmente, revelado a permanência das perspectivas tradicionais de gênero, dado crucial para repensar o campo e as circunstancialidades das infâncias⁷.

Considerações Finais

A lacuna nos estudos sobre infância e gênero e a importância em estudá-los, articulados a outras categorias sociais, foram indicadas em quase todos os artigos selecionados, mas se sobressaiu como uma reflexão central em três publicações: Faria (2006), Minella (2006) e Marchi (2011). As autoras discutem

os conceitos de infância e de criança e a relação com os estudos de gênero e ressaltam a escassez de trabalhos que pautem a infância e, nesses, uma tendência a adotar as relações de gênero adultas como paradigma.

Apesar da predominância de produções teóricas e que privilegiaram o ponto de vista dos adultos, constatamos o espaço crescente de trabalhos que pesquisam as crianças, o que abre caminho para “descolonizar” a infância. Ao mesmo tempo, percebemos a presença constante de perspectivas que contemplam a interseccionalidade para pensar as experiências infantis, e a interdisciplinaridade como forma de estudá-las, o que acompanha a tendência dos estudos feministas.

Percebemos que a criança aparece segundo diferentes pontos de vista ou discursos, sendo as infâncias compreendida através de teias sociais complexas. A concentração de estudos na área da educação nos permite dizer que há uma ênfase na criança/aluna, alvo de práticas do sistema escolar e educacional. Isso nos parece compreensível, uma vez que as pesquisas emergem no campo de formação das autoras, a educação, área que abarca o maior número de publicações nos periódicos pesquisados, seguida da antropologia e da sociologia. Merecedora de dois dossiês, a educação comprova a incorporação das questões de gênero em suas análises, o que podemos entender como um reflexo positivo das discussões feministas, mesmo que as pesquisadoras tenham encontrado tantas permanências e resistências às mudanças rumo à superação da perspectiva patriarcal nas relações de gênero.

Embora o número de artigos sobre a infância não seja necessariamente significativo, considerando o número total de publicações dos periódicos no decorrer de 20 anos, avaliamos que os assuntos apresentados nos textos feministas expõem, com perspectivas teóricas diferenciadas, aspectos cruciais da vida infantil, contribuindo com um debate atual, crítico e importante para os estudos da infância em vários âmbitos: direito, das políticas, das culturas,

⁷ Utilizando a perspectiva de Qvortrup (2010), a infância é uma estrutura geracional permanente na sociedade, que retrata os parâmetros sociais próprios de cada época, o que indica sua circunstancialidade histórica e, com isso, possibilidades concretas de experiências para as crianças.

sociabilidade, subjetividades, entre outros.

Entendemos, entretanto, que assim como na educação, os espaços de pesquisas sobre as infâncias podem ser ampliados e envolver outros contextos de vida das crianças, enquanto sujeitos de seu corpo, sua sexualidade, gênero, cultura, cidade, cidadania, seu projeto de vida, etc. Quando tratamos de pesquisas ancoradas em metodologias lúdicas, ou que se aproximaram do mundo lúdico das crianças, entrevemos ser este um campo com muitas possibilidades e potencialidades de estudos.

Assim, o levantamento concretizado possibilitou, por um lado, dar visibilidade às características das publicações relativas ao tema e, por outro lado, problematizar o material pesquisado. Esse processo resultou num olhar possível e datado sobre a temática, propondo-se como um olhar singular sobre os textos, uma vez que a pesquisa implica uma inesgotabilidade de olhares e, com isso, diferentes compreensões sobre o mesmo tema.

Referências

ALANEN, Leena (2001). “Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas.” In: CASTRO, Lúcia Rabello de (org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. 1ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, p. 69-92.

ALBUQUERQUE, Else de F.; MENEZES, Marilda (2007). O valor material e simbólico da renda renascença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 461-467, ago.

ALTMANN, Helena (2007). Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. *Revista Estudos Feministas*, vol.15, n.2, p.333-356, ago.

_____(2003) Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. *Cadernos Pagu*. n.21, p.281-315, Jun.

Para finalizar, acreditamos que as pesquisas nos campos de gênero e feministas têm muito a contribuir com as transformações no campo da infância, considerando as crianças agentes na construção das relações de gênero. Concordamos com Alanen quando esta diz que:

... ‘crianças’ e ‘adultos’ são nomes dados a duas categorias sociais que estão posicionadas entre si dentro de uma relação de gerações. Assim, o aperfeiçoamento da lógica da relação de gênero, conforme está desenvolvida dentro dos Estudos Feministas, proporciona inspiração também para se repensar as crianças em termos de relacionamento. (p.73).

Entendendo, assim, que há um movimento dialético entre essas categorias sociais e os estudos entre elas, defendemos que a infância é uma importante questão a ser debatida nos estudos feministas.

_____(2001) Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, vol.9, n.2, p. 575-585.

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Sílvia Cristina Franco (2011). Gênero na prática docente em educação física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago.

ANZALDÚA, Gloria (2005). “La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, set/dez.

ARENDA, Sílvia Maria Fávero (2011). *Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil (década de 1930)*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 352 p.

- ARTES, Amélia Cristina Abreu; CARVALHO, Marília Pinto de (2010). O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade?. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, jun.
- BENTO, Berenice (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago.
- BRAH, Avtar (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n.26, p. 329-376, Jan/Jun.
- BRITES, Jurema (2007). Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 91-109, dez.
- BUTLER, Judith (2003). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, Marília Pinto de (2004). O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, n.22, p.247-290, Jun.
- COHN, Clarice (2005). *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CORREA, Mariza (2007). A babá de Freud e outras babás. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 61-90, dez.
- CRUZ, Tânia Mara; CARVALHO, Marília Pinto de (2006). Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 113-143, jun.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de (2006). Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, n.26, p.279-287, Jan/Jun.
- FELIPE, Jane (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo?. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 201-223, jun.
- FEMENÍAS, Maria Luisa (2007). Esbozo de um feminismo latinoamericano. *Revista Estudos Feministas*, v.15, n.01, p. 11-25, jan/abril.
- FERREIRA, Manuela (2004). *A gente gosta é de brincar com os outros meninos!*. Ed. Afrontamentos. Coleção: biblioteca das Ciências Sociais/Ciências da Educação. Porto.
- FRITZSCHE, Bettina (2004). Negociando o feminismo pop na cultura jovem feminina: um estudo empírico com fãs de grupos femininos. *Revista Estudos Feministas* v.12 n.2, p. 106-115, maio/ago.
- GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza (2011). Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, jun.
- JELIN, Elizabeth (2007). Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 37-60, dez.
- KNIJNIK, Jorge (2011). Teatro infantil, gênero e direitos humanos: um olhar crítico sobre as peças Felizardo e O menino Teresa. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, dez.
- LANDINI, Tatiana Savoia (2006). Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p.225-252, jun.
- LOURO, Guacira Lopes (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*. Vol.9, n.2, p. 541-553, .
- MALUF, Sônia (2006). “Políticas e teorias do sujeito no feminismo contemporâneo”. In: *Fazendo Gênero*, 7, 2006, Florianópolis. GT Sujeitos do feminismo. Florianópolis: UFSC.
- MARCHI, Rita de Cássia (2011). Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, dez.

- MINELLA, Luzinete Simões (2006). Papéis sexuais e hierarquias de gênero na história social sobre infância no Brasil. *Cadernos Pagu*, n.26, p.289-326, Jan/Jun.
- QVORTRUP, Jens (2010). A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, v.36, n.2, p. 631-644.
- REGUEIRO, Sabina Amantze (2010). Análisis genético para la identificación de niños apropiados: construcción política y científica de la “naturaleza” y el parentesco. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 1, p. 11-32, abr.
- RIBEIRO, Cláudia Maria (2011). Crianças, gênero e sexualidade: realidade e fantasia possibilitando problematizações. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago.
- RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Nádia Geisa Silveira de and SOUZA, Diogo Onofre (2004). Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.1, p. 109-129, jan/abr.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 91, p.361-378, ago.
- SCHUCH, Patrice (2009). “Os direitos da criança na Encruzilhada: os princípios da igualdade versus os princípios da diferença (1990-2000)”. In: Davi Félix Schreiner, Ivonete Pereira e Silvia Fávero Arend. (orgs.) *Infâncias brasileiras e discursos*. Cascavel: Ed. UNIOESTE, p. 257-275.
- ROSEMBERG, Fúlvia (2001). Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p.151-197.
- SALINAS, Sylvia Contreras; PAVELIC, Mónica Ramirez (2011). Análisis de textos literarios infantiles: avanzando en la desconstrucción de códigos patriarcales. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago.
- SARTORI, Elisiane (2006). Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p.253-278, jun.
- SEFFNER, Fernando (2011). Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago.
- SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. (2010). Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, jun.
- TORRES, Iraildes Caldas (2007). A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 469-475, ago.
- TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva (2010). Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 241-262, abr.
- VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro (2009). Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *Revista Estudos Feministas*, v.17 n.3, p. 909-920, set/dez.
- VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela (2009). Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 33, dez.

VIEIRA, Joice Melo (2006). Era uma vez... Esta pode ser a sua história. *Cadernos Pagu*, n.26, p. 59-85, Jan/Jun.

WELLER, Wivian (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago.

WITTIG, Monique (2006). “La categoria de sexo.” In: *El Pensamiento heterosexual y otros ensayos*, Madrid, Egales Editorial.

XAVIER FILHA, Constantina (2011). Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, ago.

YNGVESSON, Barbara (2007). Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 111-138, dez.

ZAIDMAN, Claude (1994). A administração escolar do regime misto na escola primária. *Revista de Estudos Feministas*. v.2 n.especial, p. 349 – 356.

ZANETTI, Julia Paiva (2009). Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *Cadernos Pagu*, Campinas.

Recebido em: 05/04/2013

Aceito em: 15/05/2013